

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	37
2. MINERAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO	41
2.1. Conceitos elementares e características da atividade minerária	41
2.2. Importância da mineração	52
2.3. Peculiaridades da mineração	56
2.3.1. Pressupostos naturais ou físicos	58
2.3.2. Pressupostos econômicos	64
2.3.3. Pressupostos jurídicos	67
2.4. Utilidade pública e interesse social: mineração em áreas de preservação permanente (Apps) e em mata atlântica	69
2.5. Princípios e autonomia do direito minerário	74
2.5.1. Breves considerações acerca da aplicação dos princípios	79
2.5.2. Princípio da prevalência da mineração sobre a maioria das atividades econômicas e sobre os interesses privados	83
2.5.3. Princípio do interesse nacional	88
2.5.4. Princípio da destinação dos recursos minerais ao uso geral	91
2.5.5. Princípio do resultado global	92

2.5.6. Princípio da recuperação do ambiente degradado	94
2.5.7. Princípio da vedação à especulação de direitos minerários	95
3. SISTEMAS DOMINIAIS E CONSTITUIÇÃO MINERÁRIA	97
3.1. Desenvolvimento histórico dos sistemas de propriedade minerária	98
3.2. Mineração na constituição brasileira de 1988 .	107
3.2.1. Recursos minerais e domínio da União (art. 20, IX): natureza jurídica de bem público	107
3.2.2. Mineração na Ordem Econômica (art. 176)	113
3.2.3. Competência legislativa, competência material e taxa de fiscalização das atividades de mineração	122
3.2.4. A (im)possibilidade de regulamentação do art. 176 por meio de Medida Provisória	124
3.3. Domínio dos recursos minerais nas constituições dos países sul-americanos	132
3.4. Estatalidade e recursos minerais	140
3.5. Política mineral	142
4. REGULAÇÃO ECONÔMICA MINERÁRIA	145
4.1. Intervencionismo estatal, ordem econômica e mineração	149
4.2. Regulação econômica, autorregulação e regulamentação	154
4.3. Regulação minerária no Brasil	158

4.3.1. Entidade responsável pela regulação minerária	159
4.3.1.1. Transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração	160
4.3.1.1.1. Origem e estrutura do DNPM	160
4.3.1.1.2. Perfil das agências reguladoras no Brasil	163
4.3.1.2. Possíveis impactos advindos da transformação do DNPM em ANM	168
4.3.2. Mineração brasileira e desenvolvimento	177
4.3.2.1. CFEM: Natureza jurídica, fato gerador, base de cálculo e alíquotas	178
4.3.2.2. Distribuição e aplicação da CFEM	183
5. REGIMES MINERÁRIOS	193
5.1. Aspectos gerais	193
5.1.1. Minas manifestadas	196
5.1.2. Atividades que não estão sujeitas aos regimes minerários: art. 3º, § 1º, do Código de Mineração	199
5.1.3. Modos de aquisição dos direitos minerários: direito de prioridade e procedimento de disponibilidade	200
5.1.4. Sigilosidade	209
5.2. Regime de autorização	215
5.2.1. Aspectos gerais, descrição da pesquisa e Reconhecimento Geológico	215

5.2.2. Competência e legitimidade	219
5.2.3. Procedimento administrativo e ação de avaliação e renda	220
5.2.4. Obrigações do titular do Alvará de Pesquisa	229
5.2.5. Hipóteses excepcionais de extração mineral antes da concessão de lavra: Guia de Utilização	233
5.2.6. Natureza jurídica	239
5.3. Regime de concessão	241
5.3.1. Aspectos gerais, descrição de lavra, competência e legitimidade	241
5.3.2. Procedimento, obrigações do titular, direitos do superficiário, processo judicial e servidão mineral	243
5.3.3. Falta de interação com a regulação ambiental. Regime jurídico dos rejeitos	249
5.3.4. Natureza jurídica	253
5.4. Regime de licenciamento	255
5.4.1. Aspectos gerais e competência	255
5.4.2. Natureza jurídica e procedimento	259
5.4.3. Mineração em leito de rio	261
5.5. Regime de permissão de lavra garimpeira	263
5.6. Regime de registro de extração	265
5.7. Responsabilidade criminal	268
5.8. Regimes minerários no projeto de novo marco regulatório da mineração	276
5.9. Bloqueio minerário	280
5.10. Reserva nacional de determinada substância mineral	284
5.11. Cessão, transferência e oneração de direitos minerários	288

5.12. Mudança de regime de aproveitamento das substâncias minerais	292
5.13. Grupamento Mineiro	295
5.14. Englobamento de Áreas	298
5.15. Desmembramento de áreas de concessão de lavra	299
5.16. Desmembramento de limite de jazida em profundidade por superfície horizontal	301
5.17. Consórcio de Mineração	304
5.18. Arrendamento de direitos minerários	306
5.19. A lavra garimpeira flutuante e o Projeto de Lei nº 2.973/2023	309
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	313
REFERÊNCIAS	317